

# SUMÁRIO

## LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

### CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	45
II. DEFINIÇÃO .....	45
III. DENOMINAÇÃO .....	48
IV. CONTEÚDO .....	51
V. FUNÇÕES .....	53
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA.....	59
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO .....	61
1. Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho.....	62
2. Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho.....	65
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE.....	66
IX. TEMAS RECORRENTES: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO TRABALHISTAS ..	67

### CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	72
II. AUTONOMIA .....	72
III. NATUREZA JURÍDICA .....	75
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO .....	81
1. Relações com o Direito Constitucional .....	81
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos.....	82
3. Relações com o Direito Civil .....	84
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social).....	85
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos .....	86

### CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	88
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS.....	88
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA .....	90
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....	93
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	98
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	100
2. Sistematização e Consolidação.....	101
3. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	103
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho.....	104

VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS .....	106
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos .....	106
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	107
B) Normatização Privatística Subordinada .....	107
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário .....	108
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares .....	109
4. Constituição de 1988 e o Modelo de Normatização Privatística Subordinada: novas reflexões..	110

#### **CAPÍTULO IV ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL**

I. INTRODUÇÃO .....	114
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO.....	114
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	115
2. Institucionalização do Direito do Trabalho .....	118
Análise Comparativa.....	121
3. Transição Democrática do Direito do Trabalho Brasileiro: a Constituição de 1988 .....	122
A) Arquitetura Democrática Constitucional .....	123
B) Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização .....	125
C) Arquitetura Democrática Constitucional: outros traços .....	125
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL.....	128
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista .....	128
2. Modelo Justrabalhista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica .....	130
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA.....	132
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988.....	133
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira.....	134
B) A Carta de Direitos de 1988 .....	136
2. Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988.....	138
3. Evolução Constitucional Democrática e Inclusiva: EC n. 24/99 e EC n. 45/04.....	139
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988 .....	141

#### **CAPÍTULO V ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA**

I. INTRODUÇÃO .....	145
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO .....	145
1. Conceito.....	145
2. Classificação .....	146
A) Fontes Materiais.....	146
B) Fontes Formais .....	148
Heteronomia e Autonomia.....	149
C) Normas, Princípios e Regras .....	150
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS .....	152

IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	153
1. Constituição .....	153
A) Sentido Material e Sentido Formal .....	153
B) Eficácia Jurídica da Constituição .....	155
a) Vertente Tradicional .....	155
b) Vertente Moderna.....	156
c) Análise Comparativa .....	159
C) Constituição: o desafio da efetividade .....	160
2. Lei (e Medida Provisória) .....	161
3. Tratados e Convenções Internacionais.....	163
A) Tratados e Convenções Internacionais.....	163
B) Declarações e Recomendações .....	165
C) Diplomas Internacionais: novas inferências doutrinárias .....	166
4. Regulamento Normativo (Decreto) .....	168
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares.....	168
6. Sentença Normativa.....	169
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO .....	172
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.....	172
Aderência Contratual .....	174
2. Contrato Coletivo de Trabalho .....	177
3. Usos e Costumes.....	179
VI. FIGURAS ESPECIAIS .....	180
1. Figuras Justrabalhistas Especiais.....	180
A) Laudo Arbitral (Arbitragem).....	180
B) Regulamento Empresarial.....	182
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais.....	183
A) Jurisprudência.....	183
B) Princípios Jurídicos.....	187
C) Doutrina .....	188
D) Equidade.....	188
3. Referências Finais .....	190
A) Analogia .....	190
B) Cláusulas Contratuais.....	190
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS .....	191
1. Hierarquia Normativa: teoria geral .....	192
2. Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista .....	192
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista.....	194
Acumulação versus Conglobamento .....	197

## CAPÍTULO VI

### PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	201
1. Ciência e Princípios .....	202
2. Direito e Princípios .....	202
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO .....	204
1. Fase Pré-jurídica ou Política .....	204

2. Fase Jurídica.....	204
A) Princípios Descritivos (ou Informativos).....	205
B) Princípios Normativos Subsidiários.....	205
C) Princípios Normativos Próprios ou Concorrentes .....	206
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES .....	207
1. Princípios Gerais — adequações.....	208
2. Máximas e Brocados Jurídicos .....	210
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO .....	211
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	212
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais.....	213
A) Princípio da Proteção.....	213
B) Princípio da Norma Mais Favorável .....	214
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas.....	216
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.....	217
E) Princípio da Condição Mais Benéfica .....	217
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva .....	218
Intangibilidade Contratual Objetiva .....	221
G) Princípio da Intangibilidade Salarial.....	221
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma .....	223
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.....	224
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos.....	227
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i> .....	227
B) Princípio do Maior Rendimento.....	229
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....	231
1. Diferenciação de Figuras .....	231
2. Extensão da Indisponibilidade .....	232
3. Requisitos da Renúncia e Transação .....	233
A) Renúncia .....	234
B) Transação .....	234

**CAPÍTULO VII**  
**INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO**  
**DO DIREITO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	236
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	236
1. A Interpretação no Conhecimento Humano .....	236
2. A Interpretação no Direito.....	238
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma .....	238
B) Interpretação do Direito Construído .....	239
3. Hermenêutica Jurídica .....	240
A) Distinções Relevantes.....	240
B) Função da Interpretação Jurídica .....	243

C) Tipologias da Interpretação Jurídica .....	244
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação .....	244
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação .....	246
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação.....	246
D) Principais Métodos de Exegese do Direito .....	246
E) Sistemas Teóricos de Interpretação .....	249
a) Hermenêutica Tradicional .....	250
b) Escola Exegética Francesa.....	250
c) Escola Histórico-evolutiva .....	250
d) Escola da Interpretação Científica .....	250
e) Escola da Livre Investigação .....	251
f) Contraponto Avaliativo .....	251
F) Especificidade da Interpretação Justrabalhista.....	251
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho .....	253
4. Disfunções no Processo Interpretativo .....	254
<b>III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>255</b>
1. Conceituação .....	255
2. Tipos de Integração Jurídica .....	257
3. Procedimento Analógico .....	258
<b>IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>259</b>
1. Conceituação .....	259
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo.....	260
Princípio da Aderência Contratual .....	260
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço .....	264
A) Critério Especial da Lei n. 7.064, de 1982 .....	266
B) Lei n. 11.962, de 2009 – impacto jurídico .....	267

## CAPÍTULO VIII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>268</b>
<b>II. DISTINÇÕES CORRENTES .....</b>	<b>270</b>
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição.....	270
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição.....	271
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição .....	271
<b>III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>272</b>
<b>IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO .....</b>	<b>273</b>
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas .....	274
2. Causas Interruptivas .....	275
<b>V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS.....</b>	<b>276</b>
1. Fatores Tipificados .....	276
Critério da <i>Actio Nata</i> .....	277
2. Outros Fatores Atuantes .....	277
<b>VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS.....</b>	<b>278</b>

VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA .....	280
1. Prazos Prescricionais.....	280
A) Prescrição nos Contratos Urbanos .....	281
B) Prescrição nos Contratos Rurais .....	282
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000).....	282
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000).....	284
C) Prescrição nos Contratos Domésticos.....	285
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....	287
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias .....	289
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição .....	290
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa .....	291
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria.....	291
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial .....	295
D) Prescrição em Danos Morais.....	297
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento .....	299
A) Legitimidade para Arguição.....	299
B) Momento Próprio para Arguição .....	300
a) Arguição na Fase de Conhecimento .....	300
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução.....	301
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações.....	302
4. Prescrição Intercorrente.....	303
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	305

**LIVRO II  
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX  
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO .....	309
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego.....	309
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	311
1. Distinções na História do Direito .....	311
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia .....	313
A) Trabalho por Pessoa Física .....	314
B) Pessoalidade.....	315
C) Não Eventualidade.....	316
a) Eventualidade <i>versus</i> Não Eventualidade: teorias.....	318
b) Trabalho Eventual: caracterização.....	320
D) Onerosidade .....	321
E) Subordinação.....	324
a) Conceito e Caracterização.....	325
b) Natureza da Subordinação .....	326
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural .....	327

III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO.....	330
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	332
1. Teorias Contratualistas Tradicionais .....	334
A) Teoria do Arrendamento.....	334
B) Teoria da Compra e Venda .....	335
C) Teoria do Mandato .....	336
D) Teoria da Sociedade .....	336
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica.....	337
2. Teoria Contratualista Moderna .....	337
3. Teorias Acontratualistas .....	340
A) Teoria da Relação de Trabalho .....	340
B) Teoria Institucionalista.....	342
C) Acontratualismo: análise crítica .....	343

## CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU

I. INTRODUÇÃO .....	345
Presunção jurídica .....	346
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA..	347
1. Servidores Administrativos.....	347
2. Servidores Irregulares.....	348
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO VERSUS RELAÇÃO DE EMPREGO .....	349
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977).....	350
A) Requisitos Formais .....	351
B) Requisitos Materiais.....	352
2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008) .....	353
A) Requisitos Formais .....	355
B) Requisitos Materiais.....	360
3. Estágio: avaliação crítica .....	362
IV. A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS.....	363
1. A Lei n. 8.949, de 1994 .....	363
A) Princípio da Dupla Qualidade .....	365
B) Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada.....	365
2. A Lei n. 12.690, de 2012 .....	368
A) Restrições ao Veículo Cooperativista .....	369
B) Direitos Sociais dos Cooperados.....	371
C) Relação de Emprego versus Relação Cooperativista .....	371
V. TRABALHO AUTÔNOMO .....	372
1. Prestação de Serviços e Empreitada.....	375
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual .....	376
3. Pequena Empreitada: especificidade.....	376
VI. TRABALHO EVENTUAL.....	378

VII. TRABALHO AVULSO .....	379
Avulso Não Portuário (Lei n. 12.023/2009): caracterização.....	383
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO.....	386
IX. MÃE SOCIAL.....	389

## CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO .....	392
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal .....	392
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA .....	393
Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização.....	394
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA ..	395
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral.....	396
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94).....	396
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94).....	397
C) Efeitos do Cargo de Confiança .....	399
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária .....	400
3. Diretores Empregados .....	401
A) Diretor Recrutado Externamente .....	402
Contraponto de Vertentes .....	404
B) Empregado Eleito Diretor.....	405
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas .....	406
A) Incompatibilidade de Figuras .....	407
B) Assimilação de Figuras .....	407
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas .....	408
D) Sociedade como Simulação .....	408
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO .....	409
1. Definição .....	409
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica .....	410
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais .....	411
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	412
B) Elemento Fático-jurídico da Não Eventualidade .....	413
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	416
a) Finalidade Não Lucrativa dos Serviços.....	416
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família .....	418
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa.....	419
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos .....	420
A) Fase de Exclusão Jurídica.....	420
B) Fase de Inclusão Jurídica .....	420
a) Lei n. 5.859/1972 e Regras do Vale-Transporte .....	420
b) CF/88: oito novos direitos .....	421
c) A Peculiar Lei n. 10.208/2001.....	421

d) Lei n. 11.324/2006: quatro novos direitos .....	422
e) EC n. 72/2013: 16 novos direitos .....	423
f) LC n. 150/2015: regulação de novo patamar jurídico .....	424
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas Antes da LC n. 150/2015.....	426
A) Férias Anuais Remuneradas.....	426
B) Licença-paternidade e Licença-gestante .....	428
C) Garantia de Emprego à Gestante .....	428
D) Aviso-Prévio Proporcional.....	430
E) O Sentido do Novo Parágrafo Único do Art. 7º da CF/88 (EC n. 72/2013).....	433
5. A Nova Regência Normativa da LC n. 150/2015.....	434
6. Peculiaridades Rescisórias: rito e multa .....	441
7. Fiscalização Trabalhista e Multa Administrativa.....	443
V. EMPREGADO RURAL .....	444
1. Evolução Jurídica.....	444
A) Fase de Restrição de Direitos .....	444
B) Fase de Aproximação de Situações Jurídicas .....	445
C) Fase Contemporânea: acentuação da igualdade .....	445
Unificação do Prazo Prescricional.....	446
2. Caracterização do Empregado Rural.....	448
A) Antigo Critério Celetista.....	448
B) Critério da Lei n. 5.889/1973.....	449
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais .....	450
a) Enquadramento Rurícola do Empregador .....	450
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico.....	451
3. Caracterização do Empregador Rural.....	451
VI. O ÍNDIO COMO EMPREGADO .....	455
VII. EMPREGADO APRENDIZ .....	456

## CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO .....	458
Definição da CLT: análise crítica .....	458
II. EMPREGADOR-CARACTERIZAÇÃO .....	459
1. Despersonalização.....	460
2. Assunção dos Riscos (Alteridade) .....	461
Atenuações do Risco Empresarial.....	463
3. Empresa e Estabelecimento .....	464
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTABALHISTAS.....	465
1. Definição .....	465
2. Objetivos da Figura .....	466
3. Caracterização do Grupo Econômico .....	467
A) Abrangência Objetiva .....	467
B) Abrangência Subjetiva .....	467
C) Nexo Relacional Interempresas .....	468

4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico .....	470
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva .....	470
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único.....	471
5. Aspectos Processuais .....	473
<b>IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....</b>	<b>474</b>
1. Definição e Denominação.....	474
2. Sucessão Trabalhista: caracterização .....	475
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão .....	476
B) Situações-tipo Novas de Sucessão .....	477
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista .....	478
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica .....	478
Título Jurídico da Transferência .....	479
B) Continuidade na Prestação Laborativa.....	481
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos.....	482
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista.....	483
A) Fundamentação Doutrinária.....	483
B) Fundamentação Legal .....	483
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista.....	484
A) Regra Geral Trabalhista.....	484
B) Restrições Tópicas à Sucessão.....	484
a) Empregado Doméstico.....	484
b) Empregador Empresa Individual.....	485
c) Estado ou Município Desmembrado .....	485
d) Empregador em Falência ou Recuperação Empresarial .....	486
e) A Peculiaridade dos Cartórios Extrajudiciais .....	487
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista.....	488
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial.....	488
Cláusula de Não Responsabilização.....	488
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido .....	489
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão.....	490
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista.....	492
A) Figuras Civilistas Clássicas.....	492
B) Singularidade Trabalhista.....	493
<b>V. EMPREGADORES EM DESTAQUE.....</b>	<b>494</b>
1. Empregador Estatal .....	494
A) Pessoa Jurídica de Direito Público .....	494
B) Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista .....	496
2. Cartório Extrajudicial .....	498
3. Consórcio de Empregadores .....	499

### CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>502</b>
Evolução Histórica no Brasil .....	503

II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO .....	504
1. Legislação Heterônoma Estatal .....	505
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70 .....	506
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83.....	507
C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas .....	507
D) Outras Referências Legais .....	509
2. Constituição de 1988 .....	512
3. Jurisprudência Trabalhista .....	514
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS .....	516
1. Terceirização Lícita e Ilícita .....	516
A) Terceirização Lícita: situações-tipo .....	517
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas .....	519
C) Terceirização Ilícita .....	519
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização.....	520
A) Vínculo com o Tomador de Serviços.....	520
B) Isonomia: salário equitativo.....	520
IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	523
V. TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DA LEI N. 6.019/74.....	527
1. Trabalho Temporário: caracterização.....	527
2. Hipóteses de Pactuação .....	529
3. Formalidades e Prazos .....	530
4. Direitos da Categoria Temporária .....	531
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo .....	533
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE .....	534
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes .....	535
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS .....	538
1. Competência .....	538
2. Litisconsórcio Passivo .....	539
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO.....	540
1. Terceirização e Não Discriminação Remuneratória — salário equitativo .....	541
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista.....	544
3. Terceirização e Atuação Sindical .....	546
4. Século XXI — outros controles pertinentes .....	548

#### CAPÍTULO XIV RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS

I. INTRODUÇÃO .....	552
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO .....	552
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO .....	554
1. Panorama Normativo .....	554
2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica .....	555
3. Dimensões da Responsabilidade do Sócio.....	557
4. Aspectos Processuais Relativos à Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	559

IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO .....	562
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREITEIRO .....	563
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) .....	564
1. Situações de Não Responsabilização.....	565
2. Situações de Responsabilização .....	566
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES.....	570

## CAPÍTULO XV

### CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES. CONTEÚDO CONTRATUAL – PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	573
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO .....	574
1. Definição .....	574
Definição da CLT: crítica .....	574
2. Denominação .....	575
3. Caracteres.....	576
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS) .....	580
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato .....	582
A) Capacidade das Partes.....	582
B) Lícitude do Objeto .....	585
C) Forma Regular ou Não Proibida .....	587
Forma e Prova.....	588
D) Higidez de Manifestação da Vontade .....	588
2. Elementos Naturais do Contrato .....	590
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo .....	590
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES .....	591
1. Teoria Trabalhista de Nulidades.....	592
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista .....	593
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista .....	594
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista .....	595
2. Tipos de Nulidades.....	596
A) Nulidade Total e Parcial .....	596
B) Nulidade Absoluta e Relativa .....	596
3. Nulidade e Prescrição .....	597
V. CONTEÚDO CONTRATUAL — PECULIARIDADES. O SISTEMA DE COTAS NO CONTRATO DE TRABALHO .....	598
O Sistema de Cotas no Contrato de Trabalho .....	599

## CAPÍTULO XVI

### CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO .....	602
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS.....	602

<b>III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE.....</b>	604
1. Distinções.....	604
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho .....	604
3. Contratos Plúrimos e de Equipe .....	606
<b>IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO .....</b>	607
1. Aspectos Gerais.....	607
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	608
A) Interrupção e Suspensão Contratuais.....	609
B) Estabilidade e Garantias de Emprego .....	609
C) Efeitos Rescisórios .....	609
<b>V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO).....</b>	611
1. Hipóteses de Pactuação .....	612
2. Meios de Fixação do Termo Final .....	614
3. Prazos Legais .....	616
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais.....	617
5. Indeterminação Contratual Automática ("Novação").....	618
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo .....	619
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo .....	621
A) Acidente de Trabalho: exceção relevante .....	623
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção relevante .....	624
8. Contratos a Termo: forma e prova .....	625
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo .....	626
<b>VI. PARALELISMO OU CONCOMITÂNCIA CONTRATUAL — CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS.....</b>	629

## CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	631
<b>II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO.....</b>	631
1. Contrato de Experiência.....	631
A) Caracterização .....	633
B) Efeitos Contratuais.....	633
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência..	634
2. Contrato de Safra.....	637
Contrato Rural por Pequeno Prazo .....	639
3. Contrato de Obra Certa.....	640
4. Contrato por Temporada .....	642
5. Contrato de Aprendizagem (Empregado Aprendiz) .....	643
Aprendiz com Deficiência .....	645
<b>III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998 .....</b>	646
1. Celebração Contratual .....	647
A) Hipóteses de Pactuação .....	647
B) Requisitos do Contrato.....	647

2. Caracterização da Figura Jurídica .....	649
A) Denominação .....	649
B) Características Trabalhistas Comuns .....	651
a) Prazo de Duração .....	651
b) Meios de Fixação do Termo Final .....	651
c) Sucessividade Contratual.....	652
d) Tempo de Serviço ( <i>Accessio Temporis</i> ).....	653
C) Características Trabalhistas Especiais .....	655
a) Pactuação do Contrato .....	656
b) Formalidade Contratual .....	656
c) Prorrogação Contratual.....	657
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos.....	659
a) Extinção normal do contrato (cumprimento do prazo prefixado).....	659
b) Extinção contratual em face de dispensa antecipada pelo empregador.....	659
c) Extinção contratual em face de pedido de demissão antecipada pelo empregado .....	660
d) Extinção contratual em face de pedido de demissão ou dispensa antecipadas, havendo no contrato cláusula asseguratória do direito recíproco de antecipação rescisória .....	660
A) Acidente do Trabalho: exceção rescisória .....	661
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção rescisória .....	662
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis.....	664
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos .....	664
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98 .....	664
C) Parcelas Trabalhistas Novas .....	666
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos .....	666
5. Vantagens Tributárias e Credíticas Decorrentes.....	666
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares .....	667
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego.....	667
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista .....	669
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República .....	671
a) Incompatibilidades Globais .....	671
b) Incompatibilidades Tópicas .....	672

## CAPÍTULO XVIII CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO .....	674
Contratos de Atividade .....	674
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	675
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA.....	676
Pequena Empreitada na CLT.....	678
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO .....	679
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL.....	681
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE .....	683

VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO) .....	685
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica .....	686
A) Caracterização .....	686
B) Remuneração .....	686
C) Rescisão Contratual .....	687
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos .....	687
3. Empregado Vendedor: regras próprias .....	690
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas .....	690
a) Conceito e Natureza .....	691
b) Dinâmica Comisional .....	691
B) Pagamento da Comissão .....	692
C) Ultimação do Negócio — data presumida .....	692
D) Risco Concernente às Vendas .....	693
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor .....	693
F) Exclusividade de Zona de Trabalho .....	694
G) Cláusula "Star del Credere" .....	694

### CAPÍTULO XIX

#### EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS. AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO .....	696
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS .....	697
1. Obrigações do Empregador .....	697
2. Obrigações do Empregado .....	697
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato .....	698
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS .....	698
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza .....	698
Natureza Jurídica .....	699
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego .....	699
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato .....	700
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato .....	701
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais .....	701
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELO EMPREGADO .....	702
1. Indenização por Dano Moral, Inclusive Estético, ou Dano à Imagem .....	703
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético .....	705
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos .....	707
A) Requisitos Clássicos .....	707
B) Objetivação da Responsabilidade .....	710
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade .....	711
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório .....	712
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988 .....	713

B) Aferição do Dano Moral e Fixação da Indenização: critérios .....	714
a) Critério Constitucional Prevalecente .....	714
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos .....	716
5. Aferição do Dano Material e Respectivo Valor Indenizatório .....	718
6. Competência Judicial .....	720
7. Regra Prescricional.....	722
Danos pela Infortunística do Trabalho — transição.....	723
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE.....	725
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico.....	725
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos.....	726
A) Caracterização do Contraponto Jurídico.....	726
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas .....	727
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque.....	728
A) Dano Moral Individual .....	728
A-1) Pré-contratação trabalhista .....	728
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas.....	729
A-3) Ofensas físicas .....	730
A-4) Ofensas morais .....	731
A-5) Assédio sexual.....	731
A-6) Revistas íntimas .....	731
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas .....	731
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo .....	732
A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente salários.....	732
A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros.....	733
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças .....	733
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas.....	733
A-13) Assédio moral .....	734
A-14) Controle de correspondências e telefonemas no ambiente laborativo.....	734
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails) .....	735
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet .....	735
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco .....	736
A-18) Danos derivados de acidentes do trabalho, doença ocupacional e doença profissional .....	737
A-19) Condições degradantes no ambiente de trabalho.....	737
A-20) Atrasos reiterados de salários .....	737
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato .....	738
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa .....	738
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo.....	739
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria .....	740
A-25) Violão à imagem .....	740

A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito .....	741
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho.....	742
A-28) Dispensa discriminatória .....	742
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde .....	743
A-30) Elaboração e/ou divulgação de "lista suja" de trabalhadores.....	743
A-31) Dano existencial .....	744
A-32) Síndrome de <i>Burn-out</i> ou Síndrome de Esgotamento Profissional.....	744
<b>B) Dano Moral Coletivo.....</b>	<b>745</b>

**CAPÍTULO XX**  
**O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO,**  
**REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>748</b>
<b>II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO .....</b>	<b>749</b>
1. Conceituação .....	749
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico .....	749
2. Caracterização .....	750
A) Poder Diretivo .....	751
B) Poder Regulamentar .....	751
Natureza dos Dispositivos Regulamentares .....	752
C) Poder Fiscalizatório .....	753
Limites ao Poder de Controle.....	754
D) Poder Disciplinar.....	756
<b>III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO .....</b>	<b>757</b>
1. Fundamentos Doutrinários.....	758
A) Propriedade Privada .....	758
B) Institucionalismo .....	759
C) Delegação do Poder Público .....	760
D) Contrato .....	761
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico .....	763
2. Fundamentos Legais.....	765
<b>IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO.....</b>	<b>766</b>
1. Concepções Tradicionais .....	767
A) Direito Potestativo .....	767
B) Direito Subjetivo .....	768
C) <i>Status Jurídico</i> .....	769
D) Direito-função.....	770
Poder e Cidadania.....	772
2 Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa.....	773
Virtudes da Concepção Relacional.....	774
<b>V. O PODER DISCIPLINAR .....</b>	<b>776</b>
1. Fundamentos .....	776
A) Posição Negativista.....	776

B) Posição Autonomista.....	777
C) Vertente Intermediária.....	778
2. Infrações Características .....	779
A) Critérios de Caracterização.....	779
B) Infrações Obreiras Tipificadas.....	780
3. Penalidades Características .....	782
A) Modalidades Acolhidas .....	782
B) Modalidades Rejeitadas.....	784
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes).....	786
A) Requisitos Objetivos .....	787
B) Requisitos Subjetivos.....	787
C) Requisitos Circunstanciais.....	788
5. Intervenção Judicial .....	792
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência.....	794
<b>VI. PODER EMPREGATÍCIO E DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR: NOVOS DESAFIOS .....</b>	<b>795</b>
1. <i>Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos.....</i>	<i>795</i>
A) Caracterização do Contraponto Jurídico.....	796
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas .....	796
2. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque.....	797

## CAPÍTULO XXI REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>799</b>
<b>II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES .....</b>	<b>799</b>
1. Salário: definição.....	799
2. Remuneração: definição e distinções .....	800
Remuneração e Gorjetas.....	800
<b>III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES .....</b>	<b>804</b>
1. Denominações Impróprias .....	804
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício.....	804
B) Salário-Família .....	805
C) Salário-Maternidade .....	805
D) Salário-Educação.....	807
E) Salário Mínimo de Referência .....	807
F) Salário Social .....	807
2. Denominações Próprias.....	808
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo.....	808
Piso Salarial.....	808
B) Salário Básico .....	809
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo.....	809
D) Salário Judicial.....	810

E) Salário Complessivo .....	810
F) Salário Condição .....	810
G) Salário Progressivo.....	810
H) Outras Denominações .....	811
<b>IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES.....</b>	<b>811</b>
Efeito Expansionista Circular .....	811
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais).....	811
A) Parcelas Salariais Tipificadas .....	812
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas.....	812
C) Parcelas Salariais Dissimuladas .....	812
2. Parcelas Salariais Dissimuladas .....	813
A) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo.....	813
B) Outras Parcelas Dissimuladas .....	814
<b>V. PARCELAS NÃO SALARIAIS .....</b>	<b>815</b>
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica .....	815
A) Parcelas de Natureza Indenizatória .....	815
B) Parcelas Meramente Instrumentais .....	816
Outras Utilidades Não Salariais .....	816
C) Parcelas de Direito Intelectual .....	816
D) Participação nos Lucros ou Resultados.....	817
Stock Options: enquadramento jurídico .....	818
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais .....	819
F) Parcelas Previdenciárias Privadas .....	822
G) Parcelas de Seguridade Social .....	823
H) Parcelas Pagas por Terceiros .....	824
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal).....	826
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador .....	827
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele ..	827
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado .....	828
<b>VI. CARACTERES DO SALÁRIO.....</b>	<b>828</b>
<b>VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO .....</b>	<b>834</b>
1. Tipologias Principais .....	834
2 Modos de Aferição Salarial: tipos de salário .....	835
A) Salário por Unidade de Tempo.....	836
B) Salário por Unidade de Obra .....	838
C) Salário-Tarefa.....	839
<b>VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE .....</b>	<b>840</b>
1. Caracterização do Salário-utilidade .....	840
A) Requisitos Essenciais .....	841
Excludentes do Salário-utilidade .....	842
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade .....	845
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade.....	846
3. Rol de Utilidades Pertinentes.....	848

4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho .....	848
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial.....	849
B) Valor da Utilidade no Contrato .....	850
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo.....	851
6. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> nos Contratos Domésticos.....	853
<b>IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS .....</b>	<b>854</b>
1. Salário Básico .....	854
2. Abono.....	855
3. Adicionais.....	857
A) Caracterização .....	857
B) Classificação .....	858
4. Gratificações .....	860
A) Caracterização .....	860
B) Repercussões Contratuais .....	863
5. 13º Salário.....	863
6. Comissões .....	865
A) Caracterização .....	865
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas .....	866
a) Ultimação do Negócio – data presumida .....	867
b) Pagamento da Comissão .....	868
c) Risco Concernente às Vendas .....	868
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor.....	868
e) Exclusividade de Zona de Trabalho .....	869
f) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ” .....	869
7. Prêmios (ou Bônus) .....	870
8. Outras Parcelas Salariais.....	872
A) Caracterização .....	872
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares .....	872
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares .....	873
9. Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional.....	873
A) Luvas e Bichos .....	874
a) Luvas.....	874
b) Bichos .....	875
B) Direito de Imagem e Direito de Arena .....	875
a) Direito de Imagem.....	876
b) Direito de Arena .....	877

**CAPÍTULO XXII**  
**SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS**

I. INTRODUÇÃO .....	880
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO.....	881
1. Irredutibilidade Salarial.....	882

2. Correção Salarial Automática.....	885
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo.....	887
A) Salário Mínimo Legal .....	888
Piso Salarial Estadual .....	889
B) Salário Profissional .....	890
C) Salário Normativo e Salário Convencional .....	891
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR.....	892
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios .....	893
A) Tempo de Pagamento .....	893
B) Lugar de Pagamento.....	894
C) Meios de Pagamento .....	895
2. Irredutibilidade Salarial.....	898
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos.....	898
A) Regra Geral de Intangibilidade .....	898
B) Descontos Salariais Autorizados.....	899
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos.....	902
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO .....	902
1. Não discriminação e Isonomia: distinções .....	903
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais .....	906
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória .....	906
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias.....	907
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988 .....	908
A) Discriminação Contra a Mulher.....	909
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos .....	912
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i> .....	917
C) Discriminação Contra o Estrangeiro .....	918
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro .....	919
D) Discriminação Contra a Pessoa com Deficiência .....	920
E) Discriminação Contra a Pessoa com Doença Grave.....	922
F) Discriminação em Face do Tipo de Trabalho .....	924
G) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso .....	924
6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários .....	926
A) Requisitos da Equiparação Salarial .....	926
a) Identidade de Funções.....	927
b) Identidade de Empregador.....	927
c) Identidade de Localidade .....	928
d) Simultaneidade no Exercício Funcional .....	929
B) Outros Elementos de Relevo no Tema Equiparatório .....	930
a) Diferença de Perfeição Técnica .....	930
b) Diferença de Produtividade.....	931
Uma Particularidade: salário por unidade de obra.....	932
c) Diferença de Tempo de Serviço .....	932
d) Existência de Quadro de Carreira.....	932
e) Paradigma em Readaptação Funcional.....	933

C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma .....	933
D) Equiparação Salarial: ônus da prova .....	934
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT).....	935
a) Recepção <i>versus</i> Não Recepção.....	935
b) Análise do Tipo Isonômico .....	936
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira .....	938
A) Requisitos do Quadro de Carreira .....	938
B) Proteções Antidiscriminatórias .....	940
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados .....	940
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual.....	941
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago .....	942
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista .....	943
A) Trabalho Terceirizado Temporário.....	943
B) Trabalho Terceirizado Permanente .....	945
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito .....	946
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais .....	946
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita .....	948
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR .....	950
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista.....	950
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista.....	952
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas.....	955
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador.....	959
3. Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial .....	960
4. Proteção Jurídica na Falência do Empregador.....	961
Competência Judicial.....	964
5. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador.....	966
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO .....	966
1. Impenhorabilidade do Salário .....	967
2. Restrições à Compensação.....	968
3. Critério de Correção Monetária.....	969
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial .....	971

### CAPÍTULO XXIII DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO .....	973
1. Jornada e Salário .....	973
2. Jornada e Saúde no Trabalho.....	974
3. Jornada e Emprego.....	975
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO .....	977
1. Duração do Trabalho.....	977
2. Jornada de Trabalho .....	977
3. Horário de Trabalho .....	978

III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.....	979
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada.....	979
A) Tempo Efetivamente Trabalhado .....	980
B) Tempo à Disposição .....	980
C) Tempo de Deslocamento .....	981
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i> .....	981
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada.....	984
A) Tempo de Prontidão .....	984
B) Tempo de Sobreaviso .....	985
BIPs, pagers, telefones celulares e outros instrumentos de comunicação.....	985
C) Tempo Residual à Disposição.....	987
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares.....	988
A) Tronco Básico .....	989
B) Componentes Suplementares.....	989
4. A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais no Tema da Duração do Trabalho .....	990
A) Lei n. 12.619/2012: tempo de repouso, tempo de espera, tempo de reserva .....	991
B) Lei n. 15.103/2015: novas regras jurídicas .....	993
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO....	995
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada .....	995
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites .....	997
A) Critérios Gerais Informativos.....	997
B) Flexibilização e Compensação de Jornada .....	1000
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98).....	1000
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98) .....	1005
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98) .....	1008
Dinâmica do Banco de Horas .....	1013
d) Restrições ao Regime Compensatório .....	1015
C) Flexibilização de Horas <i>in Itinere</i> .....	1017
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE.....	1018
1. Modalidades de Jornada de Trabalho.....	1019
2. Jornadas Controladas .....	1019
3. Jornadas Não Controladas .....	1021
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário.....	1022
a) A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais.....	1023
b) Trabalho no Domicílio ( <i>Home Office</i> ) e Teletrabalho .....	1023
B) Exercentes de Cargos de Gestão .....	1025
4. Jornada Não Tipificada: antiga regência normativa da categoria doméstica.....	1026
EC n. 72/2013: extensão da regulação normativa.....	1027
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO.....	1028
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO .....	1030
1. Caracterização das Jornadas Especiais.....	1030
2. Categorias Específicas .....	1031
A) Jornadas Superiores a 8 horas .....	1031
B) Jornadas Inferiores a 8 horas .....	1032

3. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	1034
A) Caracterização da Figura Jurídica .....	1035
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88.....	1037
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada .....	1037
4. Atividade Contínua de Digitação .....	1038
<b>VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA .....</b>	<b>1041</b>
1. Caracterização da Jornada Extraordinária.....	1041
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar .....	1042
B) Prorrogações Regulares e Irregulares .....	1043
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias.....	1044
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação.....	1044
a) Acordo de Prorrogação de Jornada .....	1044
b) Regime de Compensação de Jornada.....	1047
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior .....	1048
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis.....	1050
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais.....	1051
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação .....	1052
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação.....	1054
3. Efeitos da Jornada Extraordinária.....	1056
<b>IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL.....</b>	<b>1058</b>
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação .....	1059
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial.....	1060
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial .....	1061
<b>X. JORNADA NOTURNA.....</b>	<b>1062</b>
1. Parâmetros da Jornada Noturna.....	1062
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna .....	1063
3. Restrições ao Trabalho Noturno .....	1066

**CAPÍTULO XXIV**  
**PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1068</b>
<b>II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA.....</b>	<b>1069</b>
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas.....	1069
A) Intervalos e Saúde no Trabalho .....	1069
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites.....	1071
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas.....	1075
3. Intervalos Intrajornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	1075
A) Objetivos dos Intervalos Intrajornadas .....	1075
B) Classificação dos Intervalos Intrajornadas.....	1076
a) Intervalos Comuns e Especiais.....	1077
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados.....	1077
Quadro de Intervalos Intrajornadas .....	1078

C) Intervalos Intrajornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito .....	1079
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado .....	1079
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado .....	1080
D) Intervalos Intrajornadas: outras regras aplicáveis .....	1082
4. Intervalos Interjornadas: caracterização e efeitos jurídicos .....	1083
A) Objetivos dos Intervalos Interjornadas .....	1083
B) Classificação dos Intervalos Interjornadas .....	1084
a) Intervalos Interjornadas e Intersemanais .....	1084
b) Intervalos Comuns e Especiais .....	1084
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados .....	1085
Quadro de Intervalos Interjornadas .....	1086
C) Intervalos Interjornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito .....	1086
a) Desrespeito ao Intervalo Interjornadas .....	1086
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal .....	1087
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA .....	1088
1. Aproximação das Figuras Jurídicas .....	1088
Normatização Aplicável .....	1088
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos .....	1090
A) Caracterização do Descanso Semanal .....	1090
a) Lapsus Temporal .....	1090
b) Ocorrência Semanal do Descanso .....	1091
c) Coincidência Preferencial com o Domingo .....	1092
d) Imperatividade do Descanso Semanal .....	1095
B) Remuneração do Descanso Semanal .....	1095
a) Requisitos da Remuneração .....	1095
b) Valor da Remuneração .....	1095
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado .....	1097
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos .....	1098
A) Tipos de Feriados .....	1099
a) Feriados Civis e Religiosos .....	1099
a.1) Feriados Civis .....	1099
a.2) Feriados Religiosos .....	1100
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais .....	1101

## CAPÍTULO XXV PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO .....	1102
1. Objetivos das Férias .....	1102
2. Normatização Aplicável .....	1103
II. CARACTERIZAÇÃO .....	1104
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO .....	1107
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo) .....	1107

2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias .....	1108
Situações Especiais.....	1109
3. Duração das Férias Adquiridas .....	1110
A) Duração Genérica das Férias .....	1110
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial .....	1110
Restrições Específicas .....	1112
C) Duração em Contratos Domésticos.....	1113
<b>IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS .....</b>	<b>1115</b>
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo).....	1116
Época de Concessão.....	1119
2. Concessão Extemporânea das Férias .....	1120
<b>V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....</b>	<b>1121</b>
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos .....	1121
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos.....	1122
A) Caracterização das Férias Coletivas .....	1122
B) Procedimentos Concessivos.....	1123
<b>VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS .....</b>	<b>1124</b>
1. Cálculo da Remuneração.....	1124
A) Cálculo Salarial .....	1125
B) Parcelas Integradas .....	1125
C) Parcelas Não Integradas .....	1126
2. Remuneração Simples.....	1126
3. Remuneração Dobrada.....	1127
Natureza Jurídica da Dobra.....	1127
4. Terço Constitucional de Férias .....	1128
5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário) .....	1130
<b>VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS.....</b>	<b>1132</b>
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual .....	1132
2. Férias Simples e Extinção Contratual.....	1133
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual.....	1133
<b>VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS .....</b>	<b>1136</b>
<b>IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APlicáveis .....</b>	<b>1138</b>
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo .....	1138
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho.....	1139

**CAPÍTULO XXVI**  
**FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1140</b>
<b>II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA.....</b>	<b>1140</b>
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT) .....	1141
<b>III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL.....</b>	<b>1142</b>
1. Policiação e Formação Contratual .....	1142
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista.....	1143

IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO .....	1144
Indenização pela Perda de Uma Chance .....	1146
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS.....	1146
1. Alterações Contratuais Subjetivas .....	1147
2. Alterações Contratuais Objetivas .....	1148
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO.....	1148
1. Classificação Segundo a Origem.....	1148
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade.....	1149
3. Classificação Segundo o Objeto .....	1149
4. Classificação Segundo os Efeitos.....	1150
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	1150
1. Princípios Aplicáveis .....	1151
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva.....	1151
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro .....	1155
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial.....	1155
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização .....	1157
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial .....	1158
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO.....	1160
1. Conceituação .....	1160
2. Alteração de Função .....	1160
A) Conceito e Distinções .....	1160
B) Regras Aplicáveis.....	1162
Compatibilização Normativa.....	1163
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis .....	1164
D) Alterações Funcionais Lícitas .....	1164
a) Situações Excepcionais ou de Emergência .....	1165
b) Substituição Temporária.....	1165
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança.....	1166
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento .....	1167
d) Extinção do Cargo ou Função.....	1167
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira.....	1167
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária.....	1168
g) Promoção ou Remoção .....	1169
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO .....	1170
1. Conceito e Modalidades.....	1170
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades .....	1171
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho.....	1171
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas .....	1171
a.1) Causa da Prorrogação.....	1171
a.2) Título Jurídico da Prorrogação .....	1173
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação .....	1175
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente .....	1176
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário.....	1177

B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho .....	1178
C) Alterações de Horário de Trabalho .....	1181
3. Alteração de Salário: modalidades.....	1182
A) Elevações Salariais.....	1182
B) Reduções Salariais .....	1182
a) Redução Salarial Direta .....	1183
a.1) Redução Nominal de Salários .....	1183
a.2) Redução Real de Salários .....	1184
b) Redução Salarial Indireta.....	1184
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL.....	1185
1. Conceituação .....	1185
2. Alteração do Local de Trabalho no País .....	1186
A) Distinções.....	1186
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes .....	1186
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas .....	1187
B) Efeitos da Remoção/Transferência.....	1188
C) Adicional de Transferência.....	1189
a) Pontos Consensuais .....	1189
b) Critérios de Incidência do Adicional .....	1189
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha (n. 11.340/2006) .....	1192
d) Adicional: valor e repercussões contratuais.....	1193
D) Ajuda de Custo por Transferência.....	1193
E) Empregados Intransferíveis .....	1193
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais.....	1194
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos .....	1196
3. Transferência Obreira para o Exterior.....	1197
A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i> .....	1197
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82.....	1197
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064.....	1197
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064 .....	1198
C) Atenuação Gradativa do Rigor da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82 .....	1200
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009.....	1200

## CAPÍTULO XXVII INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO .....	1202
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES.....	1202
1. Conceituação .....	1202
2. Denominações .....	1203
III. DISTINÇÕES RELEVANTES .....	1204
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista.....	1204

2. Distinções Existentes .....	1206
A) Suspensão: características .....	1206
B) Interrupção: características .....	1207
<b>IV. SUSPENSÃO (OU SUSPENSÃO TOTAL) — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS...</b>	1207
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira .....	1207
Atenuação de Efeitos Jurídicos .....	1208
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado .....	1209
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado.....	1210
4. Suspensão: efeitos jurídicos .....	1211
A) Efeitos Contratuais da Suspensão.....	1211
a) Suspensão e Justa Causa .....	1212
b) Suspensão e Pedido de Demissão.....	1212
B) Prazo para Retorno após Suspensão .....	1213
<b>V. INTERRUPÇÃO (OU SUSPENSÃO PARCIAL) — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS .....</b>	1214
1. Casos de Interrupção Contratual .....	1214
2. Interrupção: efeitos jurídicos .....	1217
A) Efeitos Contratuais da Interrupção.....	1217
B) Prazo para Retorno após a Interrupção.....	1218
<b>VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS.....</b>	1218
1. Serviço Militar.....	1219
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional/Ocupacional .....	1221
3. Afastamento Maternidade .....	1223
A) Aspectos Legais .....	1223
B) Enquadramento Jurídico .....	1225
4. Encargos Públicos .....	1227
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência ( <i>Lei Maria da Penha</i> ).....	1228
<b>VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO ..</b>	1231
1. Suspensão Disciplinar .....	1231
A) Natureza Jurídica .....	1231
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva .....	1232
C) Limites à Penalidade .....	1232
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate .....	1233
2. Suspensão para Inquérito .....	1234
A) Cabimento da Figura .....	1234
B) Natureza Jurídica .....	1235
C) Prazos Legais .....	1236
D) Efeitos da Sentença do Inquérito .....	1237
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar .....	1238
<b>VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO .....</b>	1239
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva .....	1239
Desrespeito aos Requisitos Legais .....	1240

2. Prazo Legal .....	1240
3. Efeitos da Suspensão Contratual.....	1241
A) Bolsa de Qualificação Profissional.....	1241
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado.....	1242
C) Ruptura Contratual .....	1243
Desestímulo Rescisório.....	1244
<b>IX. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO .....</b>	<b>1244</b>
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo.....	1244
A) Extinção Peremptória do Contrato .....	1244
B) Extinção Contratual Prorrogada.....	1246
C) Resgate do Prazo de Afastamento .....	1246
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada.....	1247
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional.....	1248

**CAPÍTULO XXVIII**  
**TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1250</b>
<b>II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....</b>	<b>1251</b>
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego .....	1252
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador.....	1255
3. Princípio da Norma mais Favorável .....	1256
<b>III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL .....</b>	<b>1256</b>
1. Restrições a Contratos a Termo.....	1257
2. Estabilidade e Garantias de Emprego .....	1258
3. Interrupção e Suspensão Contratuais.....	1260
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador .....	1261
A) Convenção 158 da OIT .....	1262
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa.....	1264
<b>IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.....</b>	<b>1266</b>
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1266
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1267
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1269
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1269
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1270
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição .....	1272
<b>V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS .....</b>	<b>1274</b>
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção .....	1274
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção.....	1277
3. Outra Classificação: resilição, resolução e rescisão do contrato .....	1278
<b>VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>1280</b>
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado .....	1280
A) Extinção Normal.....	1281

B) Extinção Anormal .....	1281
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial.....	1281
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro .....	1283
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado .....	1284
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias.....	1286
a) Dispensa arbitrária ( <i>ou</i> despedida sem justa causa <i>ou, ainda,</i> dispensa desmotivada).....	1286
b) Pedido de demissão pelo obreiro.....	1287
c) Distrato .....	1289
Extinção Contratual por PDI/PDV .....	1289
d) Dispensa por justa causa operária.....	1290
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta).....	1290
f) Ruptura por culpa recíproca.....	1291
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento .....	1291
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural.....	1293
B) Outros Pagamentos Rescisórios.....	1294
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório .....	1295
A) Pena do Art. 477, da CLT .....	1295
B) Pena do Art. 467, da CLT .....	1297
Entidades Estatais: não exclusão da pena .....	1297
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS .....	1299
1. Capacidade do Empregado .....	1300
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência.....	1301
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia .....	1303
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura .....	1304
B) Formalidades e Poderes Rescisórios .....	1305

#### CAPÍTULO XXIX

#### TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO-PREVIO

I. INTRODUÇÃO .....	1307
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA.....	1308
1. O Contraponto da Convenção 158 da OIT .....	1310
2. Entidades Estatais: o contraponto da motivação da dispensa .....	1311
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA.....	1312
1. Modalidades de Despedidas.....	1312
A) Classificação Conforme a Motivação da Dispensa.....	1313
B) Despedidas Individuais e Coletivas .....	1314
Despedidas Coletivas: inferências constitucionais .....	1315
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta .....	1316
3. Limitações à Dispensa Injusta .....	1318
A) Causas Restritivas .....	1318
B) Efeitos da Dispensa Irregular.....	1323

IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS .....	1326
1. Convenção 158 da OIT .....	1327
2. Motivação da Dispensa do Servidor Celetista Concursado .....	1329
3. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos .....	1330
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO.....	1331
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA .....	1334
PDIs/PDVAs: enquadramento jurídico .....	1334
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS .....	1335
1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1336
2. Cabimento do Aviso-Prévio .....	1337
3. Prazos, Tipos e Efeitos .....	1338
A) Prazos do Aviso-Prévio .....	1338
B) Tipos de Aviso-Prévio.....	1339
C) Efeitos do Aviso-Prévio .....	1340
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011).....	1343

**CAPÍTULO XXX**  
**TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO:**  
**DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

I. INTRODUÇÃO .....	1347
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES .....	1347
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAMENTO .....	1349
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES.....	1351
1. Requisitos Objetivos .....	1352
2. Requisitos Subjetivos.....	1353
3. Requisitos Circunstanciais.....	1354
V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS .....	1358
1. Infrações do Art. 482 da CLT .....	1359
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas.....	1369
3. Infrações Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral.....	1373
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS.....	1376
1. Penalidades Acolhidas .....	1376
2. Penalidades Rejeitadas .....	1379

**CAPÍTULO XXXI**  
**TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA**

I. INTRODUÇÃO .....	1382
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA.....	1382
1. Requisitos Objetivos .....	1383
2. Requisitos Subjetivos.....	1384
3. Requisitos Circunstanciais.....	1385
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL .....	1387
1. Infrações do Art. 483 da CLT .....	1387

2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual.....	1392
A) Assédio Moral.....	1392
B) Assédio Sexual.....	1394
3. Infração Patronal Doméstica Peculiar: violência doméstica ou familiar contra mulheres .....	1395
<b>IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA.....</b>	<b>1396</b>
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta .....	1396
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho.....	1398
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica.....	1398
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos.....	1399
<b>V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT ...</b>	<b>1401</b>
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis.....	1401
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual.....	1401
<b>VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES.....</b>	<b>1403</b>
<b>VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS.....</b>	<b>1404</b>

**CAPÍTULO XXXII****ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1406</b>
<b>II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS.....</b>	<b>1407</b>
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1408
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1409
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1411
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1412
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa .....	1412
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial .....	1415
<b>III. ESTABILIDADE NO EMPREGO .....</b>	<b>1417</b>
1. Estabilidade Celetista.....	1417
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988.....	1418
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988 .....	1419
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial .....	1422
<b>IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS) .....</b>	<b>1423</b>
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional .....	1424
A) Imunidade Sindical.....	1424
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante .....	1426
2 Estabilidades Provisórias de Origem Legal .....	1428
<b>V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR.....</b>	<b>1430</b>
Peculiaridade do Dirigente de CIPA.....	1434
<b>VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL.....</b>	<b>1435</b>
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço .....	1436
2. Outras Indenizações Rescisórias.....	1438
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo .....	1438
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base .....	1439

VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.....	1440
1. Características do FGTS.....	1441
A) Recolhimentos de FGTS.....	1441
B) Abrangência do FGTS.....	1443
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório.....	1444
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada.....	1447
A) Natureza Jurídica .....	1448
B) Prescrição .....	1449

**LIVRO III  
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII  
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO .....	1453
II. DENOMINAÇÃO .....	1454
1. Denominações Arcaicas.....	1454
2. Denominações Atuais .....	1455
A) Direito Coletivo do Trabalho.....	1455
B) Direito Sindical .....	1456
C) Direito Social.....	1456
III. DEFINIÇÃO .....	1457
IV. CONTEÚDO .....	1458
V. FUNÇÃO .....	1459
1. Funções Justrabalhistas Gerais.....	1460
Extensão ao Direito Coletivo.....	1462
2. Funções Juscoletivas Específicas .....	1463
VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO .....	1465
1. Modalidades de Conflitos Coletivos .....	1466
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos .....	1466
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo .....	1467
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1471

**CAPÍTULO XXXIV  
PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

I. INTRODUÇÃO .....	1475
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA.....	1476
Tipologia de Princípios .....	1477
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO .....	1478
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical.....	1479
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada .....	1480
B) Práticas Antissindicais.....	1481
C) Garantias à Atuação Sindical.....	1482
2. Princípio da Autonomia Sindical.....	1484

IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS...	1487
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva .....	1487
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos.....	1489
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva .....	1493
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E NORMAS ESTATAIS.....	1494
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva.....	1494
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada.....	1497
VI. NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: DECISÕES RECENTES DO STF .....	1500

**CAPÍTULO XXXV**  
**DIREITO COLETIVO E SINDICATO**

I. INTRODUÇÃO .....	1510
II. DEFINIÇÃO .....	1511
III. SISTEMAS SINDICAIS .....	1512
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato .....	1513
A) Sindicatos por Ofício ou Profissão.....	1513
B) Sindicato por Categoria Profissional.....	1514
C) Sindicato por Empresa.....	1516
D) Sindicatos por Ramo Empresarial de Atividades .....	1517
2. Unicidade versus Pluralidade. A Unidade Sindical.....	1517
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional .....	1518
B) A Posição da Constituição de 1988.....	1519
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos .....	1519
Garantias à Atuação Sindical .....	1520
IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL .....	1521
1. Estrutura Sindical .....	1523
A) Estrutura Externa .....	1523
Centrais Sindicais .....	1523
B) Estrutura e Funcionamento Internos.....	1525
2. Registro Sindical .....	1526
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais.....	1527
A) Funções e Prerrogativas .....	1527
B) Receitas Sindicais.....	1529
V. GARANTIAS SINDICAIS.....	1531
1. Garantia Provisória de Emprego.....	1532
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical .....	1534
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT .....	1535
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO .....	1536
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	1538
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central.....	1540
Autoritarismo e Refluxo Sindical.....	1543

2. Evolução Sindical no Brasil .....	1543
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro .....	1543
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical.....	1545
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes .....	1548
C) Constituição de 1988: deflagração e aprofundamento de mudanças .....	1549
a) Avanços Democráticos.....	1550
Carta de Direitos .....	1551
b) Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988.....	1553
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais.....	1554
VIII. SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO .....	1554

## CAPÍTULO XXXVI NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO .....	1557
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA .....	1559
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalhistas Democráticos .....	1560
A) Normatização Autônoma e Privatística .....	1560
B) Normatização Privatística Subordinada.....	1560
2. Parâmetros do Modelo Justrabalhista Autoritário .....	1561
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	1562
4. Constituição de 1988 e Negociação Coletiva: novas reflexões .....	1563
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO .....	1568
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição.....	1568
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções.....	1570
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS....	1571
1. CCT e ACT: normatização aplicável.....	1571
2. CCT e ACT: caracterização.....	1574
A) Legitimação.....	1574
a) Centrais sindicais .....	1575
b) Entes Estatais de Direito Público.....	1576
B) Conteúdo.....	1577
C) Forma.....	1578
D) Vigência .....	1579
E) Duração.....	1580
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão .....	1580
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO .....	1581
1. Denominação: dubiedades .....	1581
2. Caracterização .....	1582
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS .....	1583
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia .....	1583
A) Hierarquia Normativa: teoria geral .....	1584

6. Uma Especificidade: greve e serviço público.....	1631
A) Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate .....	1633
a) Vertente Tradicional .....	1634
b) Vertente Moderna.....	1635
B) Prazo de Duração da Greve: suspensão versus interrupção .....	1638
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos.....	1640
A) Natureza Jurídica.....	1640
Outras Concepções.....	1641
B) Fundamentos .....	1643
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica.....	1644
9. Greve: competência judicial.....	1646

### CAPÍTULO XXXVIII ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO .....	1648
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETERO-COMPOSIÇÃO .....	1648
1. Autotutela .....	1649
2. Autocomposição.....	1650
3. Heterocomposição .....	1650
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias.....	1651
B) Métodos Existentes.....	1652
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1654
1. Distinções Relevantes.....	1654
2. Tipos de Arbitragem .....	1655
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho .....	1657
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho .....	1660
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO .....	1662
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação .....	1663
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1664
1. Enquadramento Jurídico .....	1665
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia.....	1666
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	1669